

Caderno de Atividades

**História, Democracia
e Direitos Humanos**

Licia Gomes Quinan

ELABORANDO AS ATIVIDADES

Acreditamos que toda a teorização acerca da memória que os jovens têm construído da ditadura seria inócua se não culminasse numa ação efetiva do historiador/professor de história. Essa ação deve buscar, sobretudo, uma transformação da nossa sociedade a partir da intervenção na forma como os alunos percebem o seu mundo e planejam seu futuro. Aqui, fica claro o que entendemos por função social do historiador como professor de história. Vale lembrar que essa função social também ocorre em outros espaços de pesquisa e divulgação. Contudo, nosso trabalho focaliza a questão do ensino de história como espaço privilegiado de ação.

Dessa maneira, nossa proposta nesse tópico é elaborar atividades explicitando seus objetivos, os documentos utilizados e a realização em sala de aula, considerando que sempre são necessárias e importantes adaptações e mudanças que os professores fazem de acordo com as características de suas turmas e o tempo disponível, entre outros condicionantes. É uma ação propositiva baseada em toda a reflexão que se desenrolou ao longo do presente trabalho.

Atividade 1

0 conceito de democracia

A partir da análise do discurso dos jovens realizada no capítulo anterior, percebemos que, para eles, o conceito de democracia não se apresenta como um valor absoluto. Em vários momentos, observa-se uma justificação da diminuição das liberdades quando se trata de garantir a ordem ou o “bem maior para a sociedade”. Nesse sentido, consideramos fundamental a intervenção do historiador/professor, que, valendo-se das aulas de história, pode propor uma reflexão acerca da eficácia dessa garantia de ordem. É preciso ter em vista o que os alunos consideram como “pontos positivos” no regime ditatorial. Segundo nossa análise, a partir dos grupos focais, foram elencados, principalmente: o crescimento econômico, a ausência de corrupção – ou pelo menos, a existência em níveis mais baixos – e, da mesma maneira, níveis mais baixos de criminalidade. Para problematizar esses aspectos, propomos as ações que se seguem, pensadas tendo em tela alunos do Ensino Médio:

Objetivos gerais

A proposta é que os alunos analisem as fontes escolhidas e sejam levados a refletir sobre os seguintes aspectos:

- Até que ponto o crescimento econômico do período representou um avanço para a sociedade? (tema 1)
- É possível afirmar que na ditadura não havia corrupção? (tema 2)
- É possível afirmar que o regime implantado pelos militares foi o responsável pelo controle dos índices de criminalidade? (tema 3)

Tema 1

A

Documentos:

Para concretizar o primeiro objetivo, elaboramos uma atividade inicial trabalhando a análise e o cruzamento de algumas fontes. Propomos a utilização dos seguintes documentos:

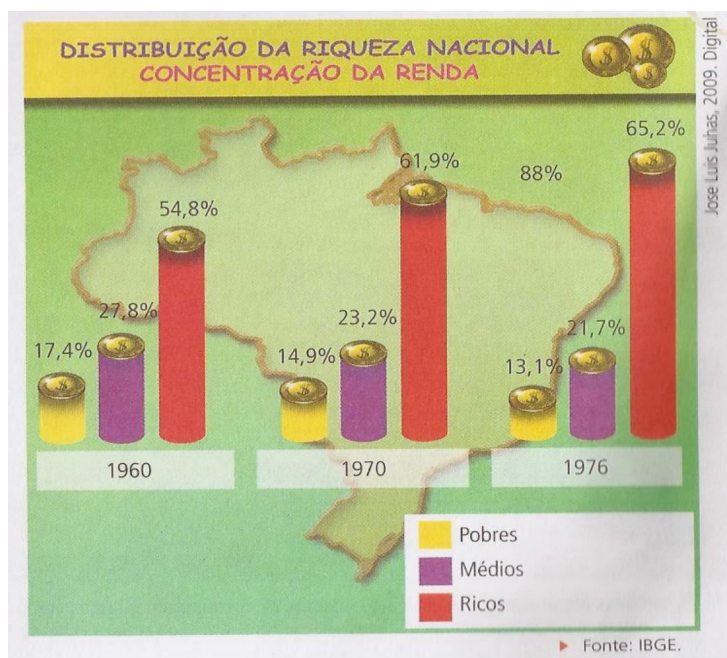
Documento I – Tabela Dados relativos à economia brasileira (1963-1975)

Ano	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Crescimento do PIB (%)	1	3	2	7	4	10	10	10	11	12	14	8	5
Inflação (%)	78	90	58	38	27	27	20	16	20	20	23	35	34
Exportação (bilhões de dólares)	1,4	1,4	1,6	1,7	1,7	1,9	2,3	2,7	2,9	4,0	6,2	8,0	8,7
Importação (bilhões de dólares)	1,3	1,1	0,9	1,3	1,4	1,9	2,0	2,5	3,2	4,2	6,2	12,6	12,2
Dívida externa (bilhões de dólares)	4,0	3,9	4,8	5,2	3,3	3,8	4,4	5,3	6,6	9,5	12,6	17,2	21,2

Adaptado de FREIRE, Américo e outros. *História em curso: o Brasil e suas relações com o mundo ocidental*. São Paulo: Ed. do Brasil, 2004.

(Fig. 1)

Documento II – Gráfico



(Fig. 2)

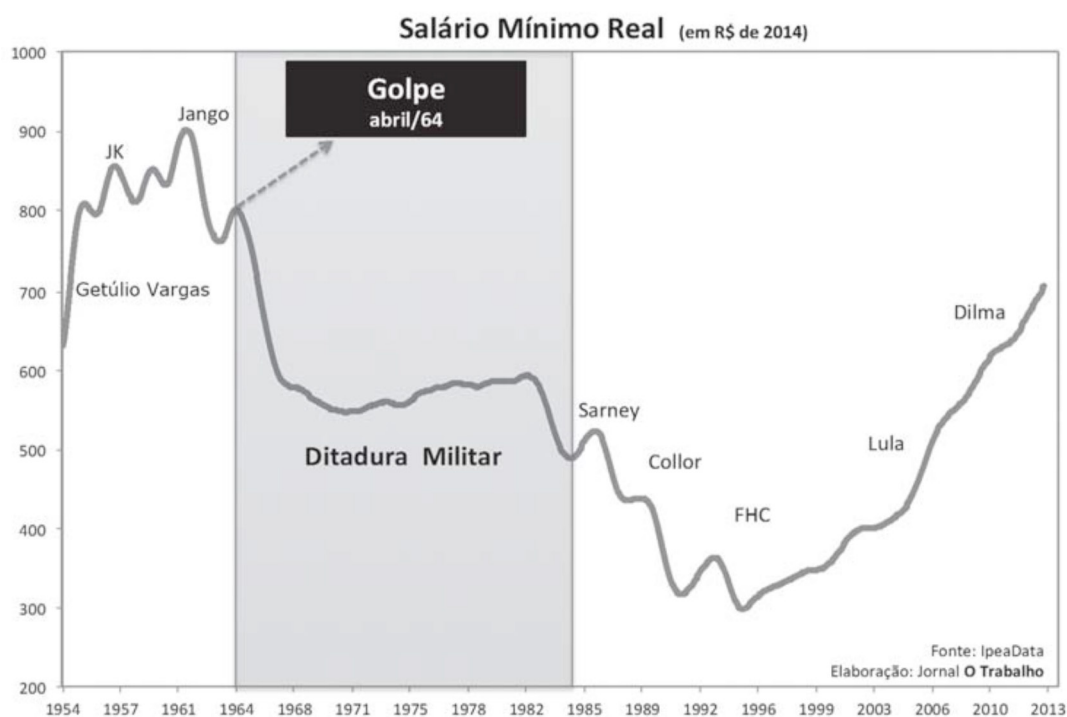
Documento III – Tabela

PERCENTAGENS DO ORÇAMENTO NACIONAL ALOCADAS AOS MINISTÉRIOS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO NOS ANOS 1965-1974		
Ano	Saúde	Educação
1965	—	11,07
1966	4,29	9,70
1967	3,45	8,71
1968	2,71	7,74
1969	2,59	8,69
1970	1,79	7,33
1971	1,53	6,78
1972	1,24	5,62
1973	1,09	5,21
1974	0,99	4,95

Fonte: Senador Franco Montoro, *Da “Democracia” que Temos Para a Democracia que Queremos* (Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974), p. 67.

(Fig. 3)

Documento IV – Gráfico



(Fig. 4)

B Descrição da atividade:

Num primeiro momento, a turma será dividida em três grupos. O documento I será entregue a todos os grupos e os alunos devem ser orientados a observar, principalmente, as taxas de crescimento econômico e da dívida externa. O grupo 1 receberá como material de trabalho o documento II e deve ser orientado a elaborar uma análise do gráfico. Assim deverá também proceder o grupo 2, com o gráfico presente no documento III, e o grupo 3, diante do documento IV.

Após a análise dos documentos, será proposto aos alunos discutirem em seus grupos sobre o conteúdo da fonte específica que lhes foi confiada em diálogo com o documento I, distribuído a todos os grupos.

Num terceiro momento, cada grupo apresentará suas conclusões ao restante da turma. E, finalmente, toda a turma será convocada a um debate sobre a questão do crescimento econômico motivada pela reflexão apresentada acima, a saber: Até que ponto o crescimento econômico do período representou um avanço para a sociedade?

Após essa discussão coletiva, cada grupo será orientado a preparar uma apresentação livre para toda a turma, a partir da reflexão sobre uma segunda questão: O que é “crescimento econômico” e quando ele representa um avanço para a sociedade?

C Objetivos específicos:

Na análise do documento I, fica clara a existência de um crescimento do PIB durante alguns anos em que o país esteve sob o governo dos militares, assim como a redução da inflação. Entretanto, espera-se que, com o trabalho, a turma perceba os níveis de desigualdade social crescentes no período, o arrocho salarial e os baixos investimentos nos setores de saúde e educação. Dessa maneira, será possível colocar em perspectiva a ideia de que o crescimento econômico por si só era um bem maior para a sociedade, em nome do qual valeria a pena abrir mão de valores democráticos.

TEMA 2

A

Documentos:

Um segundo ponto importante a ser trabalhado em relação à democracia é a ideia de que, no período de ausência democrática vivido sob o governo dos militares, havia menos corrupção no governo ou, até mesmo, que ela era inexistente. Consideramos interessante partir de um tema relacionado à questão da corrupção, bastante circulante nos meios de comunicação atualmente: o envolvimento de grandes empreiteiras com o governo. Pensamos nisso porque, como já abordado, a memória dos alunos está bastante ancorada no presente.

Documento I – Charge



Disponível em: <https://falandoverdadesbr.wordpress.com/2012/12/02/a-corrupcao-na-ditadura-militar>.

Acesso em 20/10/2016

(Fig. 5)

Documento II - Texto

Trechos da entrevista do historiador Pedro Henrique Pedreira Campos ao jornal Folha de São Paulo, publicada em 1º de dezembro de 2014. Pedro Campos realizou pesquisa de quatro anos e publicou, em 2014, o livro *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civilmilitar*, pela editora da Universidade Federal Fluminense.

“Considerando a história do capitalismo, a apropriação do público pelo privado é mais uma regra. As empreiteiras calculam a corrupção para obter lucro. [...]

Durante a ditadura, as empreiteiras tiveram acesso direto ao Estado, sem mediações, sem eleições. Havia um cenário ideal para o seu desenvolvimento: a ampla reforma

econômica aumentou recursos públicos disponíveis para investimentos e mecanismos legais restringiram gastos para a saúde e educação e direcionaram essas verbas para obras públicas, apropriadas pelas empreiteiras. [...]

Essas empresas têm saudades da ditadura, já que não existiam mecanismos de fiscalização de práticas corruptas. Elas não eram alvos de escândalos nacionais, porque isso não era investigado. [...]

As empreiteiras mantêm práticas da época da ditadura militar, como por exemplo o descuido com a segurança do trabalhador. Isso acontece porque elas precisam ter uma margem de lucro maior. [...]

Na ditadura a gente não tinha acesso aos casos de corrupção. Eles não vinham à tona, o que não quer dizer que não existiam. Eu diria que, em relação ao aparelho de Estado, a **apropriação era ainda maior**. Hoje essas empreiteiras estão sujeitas a órgãos de fiscalização e volta e meia são alvo de denúncias. [...]

São as instituições da democracia que conseguem revelar os casos de corrupção: o Ministério Público e a Polícia Federal. É um mérito dos governos recentes o investimento nesses mecanismos. [...]

Muitos empreiteiros atuaram no Ipes – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, que teve participação ativa no golpe, e financiaram os que buscavam desarticular o governo João Goulart. [...]

Hoje, assim como na ditadura, as empreiteiras não atuam de forma individual. Claro que alguns dos maiores empreiteiros têm relação direta com alguns políticos. Mas a maioria dessas empresas tem sindicatos e organizações que levam ao Estado projetos de obras, tentam pautar políticas públicas e forçam o direcionamento do orçamento. [...]

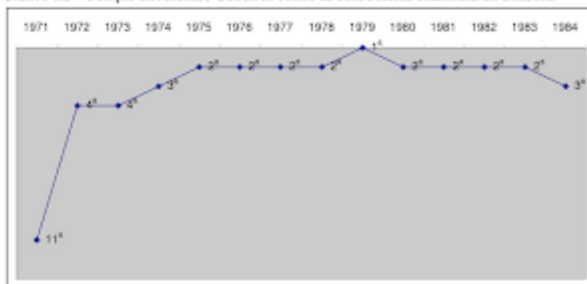
Mas muito mudou. Se elas têm saudade da ditadura, é porque eram ainda mais poderosas naquela época. Hoje, há menos obras e elas não têm acesso tão fácil ao Estado. O mecanismo de atuação política dos empresários, que era mais direcionado ao Executivo e às agências, foi diversificado. O trabalho passou a ser junto ao Legislativo e aos partidos, por meio de financiamento das campanhas.” [Grifos meus]

Disponível em:<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1555676-empreiteira-quesoube-usar-a-corrupcao-cresceu-mais-diz-historiador.shtml>.

Acesso em 20/10/2016

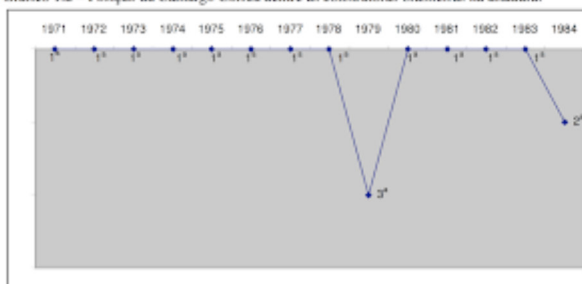
Documento III – Gráficos

Gráfico 1.3 – Posição da Andrade Gutierrez dentre as construtoras brasileiras na ditadura:



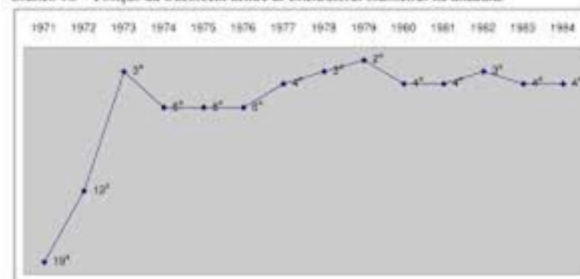
Fonte: Revista O Empreiteiro, edições nº 57, 68, 80, 91, 103, 115, 127, 138, 150, 163, 176, 188, 200, 212.

Gráfico 1.2 – Posição da Camargo Corrêa dentre as construtoras brasileiras na ditadura:



Fonte: Revista O Empreiteiro, edições nº 57, 68, 80, 91, 103, 115, 127, 138, 150, 163, 176, 188, 200, 212.

Gráfico 1.5 – Posição da Odebrecht dentre as construtoras brasileiras na ditadura:



Fonte: Revista O Empreiteiro, edições nº 57, 68, 80, 91, 103, 115, 127, 138, 150, 163, 176, 188, 200, 212.

(Fig. 6)

B Descrição da atividade:

Os alunos serão convidados a analisar as três fontes e produzir uma reportagem para um jornal com o seguinte roteiro: • Por que muitas pessoas afirmam que “bom era no tempo da ditadura, que não existia corrupção”?

- Quais são as comparações que o autor faz entre a atuação das empreiteiras no período ditatorial e no regime democrático?
- O que você pensa da seguinte afirmação: Um governo autoritário é mais capaz de controlar a corrupção do que uma democracia?
- Quais são os mecanismos mais eficientes para combater a corrupção?

C Objetivos específicos:

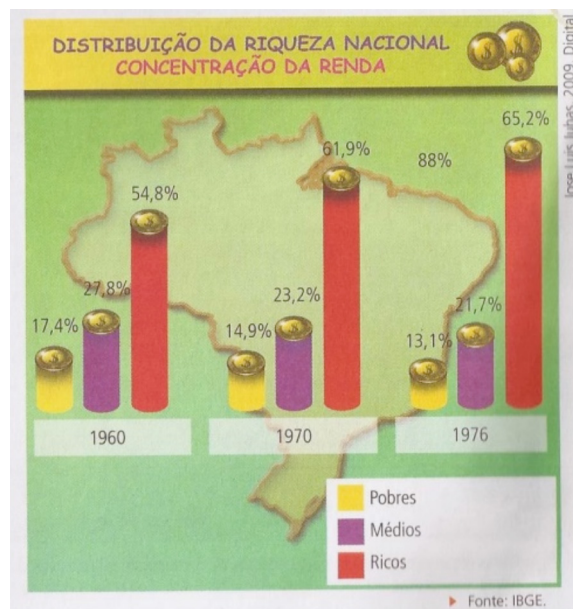
O objetivo dessa atividade é que os alunos lidem com informações sobre casos de corrupção expressivos durante o regime militar, representados aqui pela relação das empreiteiras, hoje muito enriquecidas, com o Estado, bem como pelo grande crescimento delas no período. Espera-se, ainda, que reconheçam que alcançar um regime verdadeiramente democrático pode permitir maior divulgação e controle do Estado sobre o poder privado, o que, consequentemente, encoraja punições para os casos de corrupção.

TEMA 3

A Documentos:

Tendo em vista os depoimentos que revelam que os alunos acreditavam que era mais seguro viver durante o regime militar devido a menores índices de criminalidade, propomos uma terceira atividade para refletir sobre o tema. Nas memórias dos jovens, paira a ideia de que havia poucos criminosos pelas ruas e isso representava o tal bem maior para a sociedade, como já discutimos anteriormente. Essa questão tangencia o tema dos direitos humanos, uma vez que, de acordo com a memória construída, muitos jovens sugerem que a solução para o problema seria mais repressão ao crime. Essa visão, inclusive, os faz afirmarem que os baixos índices de criminalidade são um “ponto positivo” da ditadura e, nesse ponto, retoma-se a ideia, que se quer questionar nesse trabalho, de que determinados aspectos podem justificar a ausência de liberdades e o desrespeito aos direitos humanos.

Documento I – Gráfico



(Fig. 7)

Documento II – Texto

O texto abaixo foi escrito por Karla Sampaio, especialista em ciências penais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

“[...] No Brasil a concentração de renda é muito intensa. O Coeficiente de Gini, usado mundialmente para expressar a concentração de renda, já atingia 0,50 em 1960. Trinta anos depois, aumentadas as desigualdades sociais, o Índice de Gini saltou para 0,63, demonstrando a abissal diferença entre as classes sociais.

Havendo ou não como combater o abismo entre pobres e ricos, o fato é que essa disparidade econômica acaba tendo reflexos importantes na vida de toda a sociedade. Não é a toa que os altos índices de criminalidade geralmente vêm associados a essa diversidade econômica: cresce a desigualdade e cresce a violência.

Do ponto de vista da sociologia, a criminalidade pode ser apartada em violenta e em não violenta. Não é demais salientar que são fatores de natureza econômica, como a falta de oportunidades e a desigualdade social, a mola propulsora para o comportamento criminoso, em especial o violento.

A partir de tal compreensão, é premente a necessidade de redução da criminalidade violenta no país, em especial por meio de melhores políticas governamentais de distribuição de renda para todas as classes sociais. Bem se sabe ainda que o crescimento econômico é muito mais eficaz no combate à pobreza naqueles locais em que a desigualdade de renda é menor. Demais disso, altas taxas de crescimento econômico e estável da população ensejam melhores índices de qualidade de vida.

Em resumo, devemos primar por ações e, sobretudo, por investimentos na educação básica. Somente investimentos em infraestrutura, novas tecnologias e incentivos ao trabalho ajudarão para incrementar o padrão de vida da população, assim contribuindo para o desenvolvimento social e reduzindo as taxas de criminalidade.”

Disponível em <https://canalcienciascriminais.com.br/a-criminalidade-e-a-desigualdade-social>.

Acesso em 21/10/2016

Documento III – Texto

Trecho de texto publicado no portal Uol baseado em entrevista com o pesquisador da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Adilson Marques Gennari, e o cientista político e pesquisador da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fespsp), Ângelo Del Vecchio.

“A desigualdade social que deixou o Brasil em primeiro lugar durante a ditadura militar gerou, também, a criação desenfreada de periferias nas grandes cidades. Segundo o pesquisador da Fespsp, os bolsões de miséria foram criados naquele momento – embora os índices de criminalidade fossem menores que os de hoje – o que, de acordo com Del Vecchio, motivou o cenário de violência atual.

Na verdade, havia extermínios de pobres e pretos nas periferias levado a cabo pelo famoso esquadrão da morte. Os ricos tinham uma aparência de maior segurança porque os problemas sociais somente se agravavam e foram tratados durante toda a ditadura como caso de polícia e não como uma questão social de responsabilidade de toda a sociedade”, explica Gennari.

O pesquisador da Unesp acredita que a Doutrina de Segurança Nacional, criada naquele momento como forma de reprimir os crimes, “apenas criava uma sensação de segurança para as elites e a maior parte do povo vivia na tensão de ser morto”.

Del Vecchio lembra que é preciso fazer uma comparação. “Naquele momento a sensação de segurança também era maior porque havia menos pessoas – São Paulo era um terço do que é hoje”. O mesmo, segundo o especialista, pode ser levado em consideração na educação.

“Havia menos acesso à educação pública do que há hoje, a sensação de que o ensino era melhor, assim, era maior. Hoje, o acesso ao ensino público é massificado, mas a qualidade não mudou, só não conseguiu acompanhar este crescimento”, finaliza o cientista político.”

Disponível em:

<http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000673057/ditadura-militar-entenda-cinco-pontos-polemicos-do-periodo>.

Acesso em 21/10/2016

B Descrição da atividade:

Os alunos serão divididos em grupos. Para a realização da atividade, cada um dos grupos deverá analisar as fontes e pesquisar outras, se julgarem necessário. Após a análise das fontes se estabelecerá um debate sobre as mesmas em sala mediado pelo professor.

Com a orientação do professor, cada grupo construirá parte de um caderno informativo em forma de jornal, ou em ambiente virtual, caso a escola tenha um espaço adequado ou eles consigam criar. O informativo poderá tratar da “criminalidade no Brasil na ditadura e nos dias atuais”. Cada grupo se responsabilizará por elaborar uma seção, guiada pelos seguintes tópicos: relação entre distribuição desigual de renda e criminalidade; relação entre os investimentos no período dos militares e a desigualdade social e sensação de segurança entre as elites e entre os mais pobres durante o regime militar.

Sugerimos que os alunos sejam incentivados a coletar depoimentos de pessoas de diferentes idades que aceitem ser entrevistadas, perguntando-lhes sobre a sensação que possuem em relação ao índice de criminalidade durante a ditadura. Dessa forma, eles poderão “experimentar a atividade de coletar a opinião das pessoas” e confrontá-las com os documentos que receberão. É importante abordar com os alunos, ainda que superficialmente, visto que não são historiadores, a metodologia do trabalho com depoimentos⁸.

C Objetivos específicos:

Espera-se que os jovens possam cruzar dados dos documentos e das entrevistas e problematizem a questão da criminalidade como um caso social e não “de polícia”. Dessa forma, é possível caminhar em direção a uma visão que não enxergue o autoritarismo como meio de controlar a criminalidade, entendendo que retirar as liberdades do povo não significa garantia de ordem. Espera-se ainda que seja possível perceber o quanto a desigualdade social que experimentamos na atualidade foi promovida pelos investimentos seletivos/desiguais feitos durante o regime militar e que essa desigualdade está muito ligada aos altos índices de criminalidade contemporâneos. Decorre daí a proposta de diferenciar o “problema social” do “problema de polícia” quando se fala em resolver a questão da criminalidade.

⁸ Fazê-los compreender que os testemunhos são marcados pela emoção e o ponto de vista de cada depoente, mas são fontes importantes quando cruzadas com outras informações, por exemplo.

Atividade 2

Direitos Humanos

A necessidade de refletir sobre a questão dos direitos humanos é latente. Ao observarmos no capítulo dois, por exemplo, o comentário de um dos alunos, que afirma que “só era torturado quem fazia algo errado”, percebemos uma concessão à tortura para garantir a ordem – eliminar alguém considerado criminoso/perigoso. Percebemos, ainda, que essa visão é ligada não só ao período do regime militar em sua memória construída, mas também à atualidade. Isso fica claro quando, na turma 1, é levantado o assunto do estupro e muitos concordam que, em caso de crimes dessa gravidade, a pena deveria ser a morte.

Objetivos gerais

É preciso chamar a atenção dos alunos para a importância do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. O ideal é levá-los a perceber que, se naturalizamos o desrespeito aos direitos humanos, criamos graves problemas como a relativização da vida em contextos diversos, o que pode atingir a qualquer cidadão. Se pensarmos que a ideia do que é considerado crime pode variar sob governos diferentes, a questão pode ser mais bem explicada. Dessa flutuação, pode decorrer que qualquer governo mude a tipificação de um determinado crime em algum momento e utilize isso como prerrogativa para a violação da dignidade e o desrespeito à vida de um ser humano. Espera-se que os alunos consigam estabelecer uma relação de empatia com qualquer pessoa a partir do momento em que se vir passível de ter, ele também, seus direitos fundamentais violados.

Com uma reflexão sobre o tema, talvez seja possível que os alunos percebam que é necessária a existência de “leis maiores” que protejam a vida e a dignidade e que transgressores de normas sejam punidos de acordo com a lei, respeitados os direitos humanos. Só assim será possível garantir que, sob qualquer forma de governo ou tipos considerados de crimes, a vida e a dignidade humana estarão asseguradas e invioláveis.

Documento I – Texto

O texto abaixo é extraído da fala de juristas sobre o direito à vida e a dignidade da pessoa humana.

“O direito à vida para efeitos da proteção jusfundamental é aquele de existência física. [...] Em apertada síntese, é possível afirmar que o direito à vida consiste no direito de todos os seres humanos de viverem [...]. A noção de vida digna [...], portanto, não poderá servir de fundamento para a imposição de uma condição de inferioridade a determinados indivíduos [...]. O que importa sublinhar no contexto é que a noção de vida indigna deve ser tida como totalmente dissociada da ordem constitucional. [...].

A relação mais forte [com outros direitos fundamentais], como já foi possível verificar, é a que se estabelece entre o direito à vida e o direito à dignidade da pessoa humana, precisamente em função do valor da vida para a pessoa e para a ordem jurídica, [...] de acordo com a premissa de que toda vida humana é digna de ser vivida. [...] O direito à integridade física e psíquica tem desenvolvimento histórico similar ao do direito à vida, de tal sorte que a doutrina [jurídica] aponta uma quase identidade desses dois direitos e do seu âmbito de proteção”.

SARLET, Ingo; MARINONNI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2013. p 364-366.

Documento II – Vídeo⁹

Vídeo narrando a trajetória do Jornalista Vladimir Herzog, assassinado nas dependências do DOI-Codi, pela ditadura militar.

Vídeo disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=w9XbqYSJGZ4>.

⁹ Todos os vídeos listados nesta atividade encontram-se em anexo, em DVD, junto com os demais vídeos, as gravações dos grupos focais e o material utilizado nos grupos focais.

Documento III – Vídeos

Vídeos de depoimentos de dois torturados durante o regime militar.

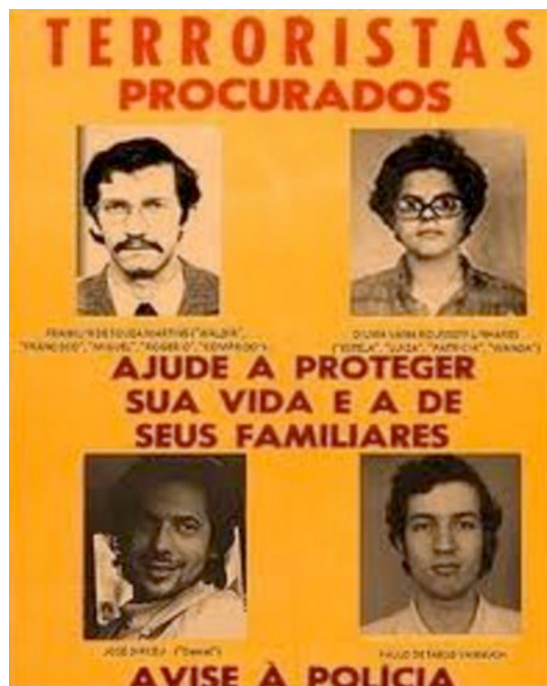
- Depoimento da dona de casa Ilda Martins, disponível em:

<https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&p=depoimento+de+torturado+na+ditadura#id=11&vid=09af8987ac0811bea21372cf1b-6c705f&action=view>

- Depoimento de Lideu Manso, disponível em:

<https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&p=depoimento+de+torturado+na+ditadura#id=3&vid=3dffe3a76fe78b88f3e7cad42e0024f6&action=view>

Documento IV – Cartazes



(Fig. 8)



(Fig. 9)

B Descrição da atividade:

A atividade deve ser aplicada após aulas ou outras atividades que problematizem a ideia de que a ditadura promoveu um bem para a sociedade¹⁰. Os documentos deverão ser previamente analisados em sala, com a ajuda do professor. Sobretudo o documento I, precisa ser trabalhado com cuidado. Sua análise será fundamental, pois o texto é de difícil compreensão para os alunos e propõe os conceitos fundamentais para a defesa da existência de direitos humanos.

Feita a análise do primeiro documento, serão exibidos os vídeos dos documentos II e III. O documento II possibilitará aos alunos perceber a tortura praticada contra um jornalista e a simulação de seu suicídio, fato que tornou seu caso famoso. Vale ressaltar o fim do vídeo, que mostra a família recebendo sua nova certidão de óbito, corroborando a ideia da farsa do suicídio.

Quanto ao documento três, será importante explicar que os vídeos são depoimentos de pessoas que sofreram a repressão durante o regime militar. Sendo relatos de memórias vividas, são marcados pelas emoções e pelo lugar de fala daqueles que o narram. São testemunhos colhidos pela produção de uma novela que tratava do tema da ditadura na rede SBT entre os anos de 2011 e 2012 que eram levados ao ar após cada capítulo. Os alunos devem ser levados a observar as condições em que se deu a prisão das vítimas, por que acreditam terem sido presas, qual seu envolvimento com algum tipo de crime e que tipo de consequências se pode perceber terem ficado a partir de suas falas. Por fim, os cartazes do documento IV

¹⁰ Essas atividades podem ser inspiradas nas propostas de atividades sobre democracia listadas anteriormente, por exemplo.

mostram que o governo caracterizava explicitamente os procurados políticos como terroristas. Isso também deve ser problematizado com os alunos ao se apresentar essa fonte: quem era considerado terrorista e por que?

Após o contato com as fontes, os alunos deverão elaborar, sob orientação do professor, uma encenação do julgamento atual de casos envolvendo prisões e torturas no período do regime militar, desconsiderando a existência da Lei da Anistia, de 1979. Dessa maneira, deverão opor num tribunal torturados e torturadores com respectivos advogados de defesa e acusação, construindo argumentos para a defesa de cada proposta.

Um segundo julgamento pode ser feito a partir de um caso atual, fazendo com que se estabeleça um uso do que se discutiu sobre a ditadura militar para os dias atuais. Pode-se sugerir aos alunos que pesquisem casos de possíveis violações de direitos humanos por parte do Estado e tragam para a discussão em sala para que seja elaborada essa parte da tarefa¹¹.

Objetivos específicos:

Com essa atividade, pretende-se que os alunos desenvolvam argumentação com base na legislação e, dessa forma, possam confrontar os pontos em defesa e contrários aos direitos à vida e à dignidade humanas. Espera-se que, a partir dessa reflexão, as teses elaboradas tenham em consideração a questão da criação da categoria de crime de terrorismo contra o Estado por parte do regime através de seu esquema de propaganda. Além disso, que seja considerada a centralidade do respeito à vida e dignidade da pessoa humana do ponto de vista legal, independentemente de considerações morais e éticas.

¹¹ Como sugestão, há o caso do desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/justica-concede-indenizacao-familia-do-pedreiro-amarildo.html>.